

Ciferal Indústria de Ônibus Ltda.

*Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil apurado
por meio dos livros contábeis.*

Aos Quotistas e Administradores
Ciferal Indústria de Ônibus Ltda.
Rua Pastor Manoel A. Souza, 2064/Parte
Xerém – Duque de Caxias/RJ

Dados da organização contábil

1. Meden Consultoria Empresarial Ltda. (“Meden Consultoria”), sociedade estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Rua Primeiro de Março, nº 23, 22º andar, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 27.936.447/0001-23, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro sob o nº CRC/RJ-008590/O-0, representada pelo seu sócio infra-assinado, Sr. Fellipe Franco Rosman, contador, portador do RG nº 20.258.186-4, inscrito no CPF sob o nº 111.411.507-00 e no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro sob o nº CRC/RJ-130003/O-8, residente e domiciliado no Rio de Janeiro – RJ, com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada pela administração da Ciferal Indústria de Ônibus Ltda. (“Sociedade”), para proceder à avaliação do seu patrimônio líquido contábil em 30 de abril de 2023, de acordo com as práticas contábeis brasileiras.

Objetivo da avaliação

2. A avaliação do patrimônio líquido contábil em 30 de abril de 2023 da Sociedade tem por objetivo suportar a incorporação do seu patrimônio líquido contábil pela Marcopolo S.A. (“Marcopolo”), inscrita no CNPJ nº 88.611.835/0001-29, para fins de atender o que dispõem os artigos 226 e 227, da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.).

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis

3. A administração da Sociedade é responsável pela escrituração dos livros e elaboração de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis brasileiras, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade está descrito no anexo II do laudo de avaliação.

Alcance dos trabalhos e responsabilidade do contador

4. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da Sociedade em 30 de abril de 2023, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002/18, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que prevê a aplicação de procedimentos de exame no balanço patrimonial para emissão de laudo de avaliação. Assim, efetuamos o exame do referido balanço patrimonial da Sociedade de acordo com as normas contábeis aplicáveis, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelo

contador e que o trabalho seja planejado e executado com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.

5. A emissão de laudo de avaliação envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do contador, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o contador considera os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial da Sociedade para planejar os procedimentos que são apropriados nas circunstâncias, mas, não, para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. O trabalho inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Conclusão

6. Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de **R\$ 847.009.029,08 (oitocentos e quarenta e sete milhões, nove mil, vinte e nove reais e oito centavos)**, conforme balanço patrimonial em 30 de abril de 2023, registrado nos livros contábeis e resumido no Anexo I, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da Sociedade, avaliado de acordo com as práticas contábeis brasileiras.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 2023.

Meden Consultoria Empresarial Ltda.
CRC/RJ-008590/O-0

Fellipe Franco Rosman
Contador
CRC/RJ-130003/O-8

Balanço patrimonial levantado em 30 de abril de 2023 da Sociedade para fins de incorporação do Patrimônio Líquido pela Marcopolo S.A.:

<i>Ciferal Indústria de Ônibus Ltda.</i>	<i>Demonstrações Contábeis</i>
<i>Balanço Patrimonial (Em R\$)</i>	<i>Saldos em 30/04/2023</i>
ATIVO CIRCULANTE	993.040.270,85
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.381.101,58
Aplicações Financeiras	400.227.784,98
Contas a Receber	261.991.560,85
Estoques	164.505.664,91
Impostos a Recuperar	113.693.992,36
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	43.018.091,38
Despesas Antecipadas	516.543,60
Outras Contas a Receber	6.705.531,19
ATIVO NÃO CIRCULANTE	153.137.885,25
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	25.960.420,52
Empréstimos à Coligadas	199.176,77
Depósitos e Bloqueios Judiciais	25.761.243,75
INVESTIMENTOS	40.704.764,10
Investimentos em Controladas e Coligadas	(609.435,35)
Propriedades para Investimentos	41.314.199,45
IMOBILIZADO	85.786.918,75
Terrenos	15.851.011,54
Edificações	41.188.903,31
Instalações e Benfeitorias	12.012.756,31
Máquinas e Equipamentos	14.585.751,42
Móveis e Utensílios	607.047,59
Veículos	510.503,25
Equipamentos de Informática	788.951,74
Obras em Andamento	208.163,32
Direitos de Uso	33.830,27
INTANGÍVEL	685.781,88
Sistemas de Processamento de Dados - Software	5.183,11
Marcas e Patentes	680.598,77
TOTAL DO ATIVO	1.146.178.156,10

<i>Ciferal Indústria de Ônibus Ltda.</i>	<i>Demonstrações Contábeis</i>
<i>Balanco Patrimonial (Em R\$)</i>	<i>Saldos em 30/04/2023</i>
PASSIVO CIRCULANTE	299.162.281,18
Fornecedores	141.112.133,96
Financiamentos	14.198.636,19
Impostos e Contribuições a Recolher	7.113.464,41
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	2.215.938,72
Salários a Pagar	16.515.392,02
Adiantamentos de Clientes	1.810.175,58
Representantes Comissionados	5.636.257,50
Direitos de Uso - Arrendamentos	29.284,88
Contas a Pagar por Contratos	71.343.850,16
Provisão para Contingências	38.217.337,68
Outras Contas a Pagar	969.810,08
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	6.845,84
Direitos de Uso - Arrendamentos	6.845,84
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	847.009.029,08
Capital Social	308.054.976,00
Reserva de Lucros	438.052.802,07
Ajustes de Variação Patrimonial	1.839.727,84
Resultado do Período	99.061.523,17
TOTAL DO PASSIVO	1.146.178.156,10

CARACTERIZAÇÃO DA SOCIEDADE

A sociedade tem por objeto: a) Fabricar, montar e comercializar por atacado e a varejo veículos automotores, ônibus e micro-ônibus, carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes, componentes e acessórios; b) Comercializar e exportar ônibus e micro-ônibus, carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes e componentes e acessórios, de sua própria fabricação ou de fabricação de terceiros; c) Prestar serviços de assistência técnica, de manutenção e de reparos em produtos de sua fabricação; d) Exercer a representação comercial de produtos de sua linha de fabricação ou congêneres e atividades correlatas; e) Importar bens de capital, visando sua utilização fabril e outros de seu interesse específico; e f) Estacionamento de veículos.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS DA COMPANHIA

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado.

c) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

d) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo preço da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment.

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A Sociedade possui ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 23.609.420,68 em 30 de abril de 2023, a qual foi constituída para fazer face ao risco de crédito.

e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f) Impostos a recuperar

Substancialmente representado por ICMS/IPI/PIS/COFINS/IRPJ e CSLL antecipados e do saldo correspondente a decisão favorável da Sociedade de ação judicial que pleiteava a exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O saldo está representado pelas diferenças temporárias apuradas com base nas provisões não dedutíveis temporariamente.

Os ativos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Os ativos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

h) Despesas antecipadas

Substancialmente representada pelos pagamentos de seguros e outras despesas antecipadas, que são amortizadas a razão de 1/12 ao mês.

i) Outras contas a receber

Representado pelos saldos de adiantamentos de férias e 13º salário a funcionários e adiantamentos de viagens.

j) Depósitos e bloqueios judiciais

Substancialmente representado pelos depósitos para garantia do juízo em ações trabalhistas cíveis e tributárias. Os depósitos estão atualizados até a data do balanço com base na variação da SELIC.

k) Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Sociedade.

O saldo da conta investimentos em controladas está representado pela participação societária da Sociedade em controladas no país e no exterior.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

l) Propriedade para investimentos

A propriedade é constituída pelo imóvel localizado em Três Rios. O terreno localizado em Três Rios, no Rio de Janeiro possui 140.000m² e sua área construída é de 20.378,87m². A propriedade está mensurada pelo seu valor justo, conforme laudo de avaliação emitido por empresa especializada.

m) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade

Os gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Sociedade obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

n) Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

o) Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os ativos que estão sujeitos à depreciação/amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para a avaliação ao valor recuperável,

os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGCs - Unidades Geradoras de Caixa, a qual é identificada de acordo com o segmento operacional.

p) Ajuste a valor presente

A Sociedade efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Para fins de registro, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e taxas de juros explícita, e em certos casos implícita dos passivos.

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Contas a receber de clientes compostos pela venda a prazo para clientes da Companhia com baixo risco de crédito. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 100% da CDI mensal para clientes mercado interno e a taxa a mercado dos adiantamentos de contrato de câmbio para os clientes mercado externo. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente; e
- Contas a pagar a fornecedores compostos por compra a prazo de fornecedores da Sociedade. A Sociedade realizou cálculo do valor presente utilizando as mesmas premissas utilizadas para contas a receber.

q) Deterioração de ativos financeiros

A Sociedade avalia, na data do encerramento do exercício ou em intervalos inferiores, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

r) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

s) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos

custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Sociedade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do período.

t) Impostos e Contribuições a recolher

Substancialmente representado pelo IRPJ/CSLL, ICMS, PIS, COFINS, IRRF, INSS e FGTS a recolher.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido no exercício, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

u) Salários a pagar

Substancialmente representado pelo saldo de salários a pagar e provisão para férias.

v) Adiantamentos de clientes

Substancialmente representado pelo valor dos adiantamentos recebidos de clientes do mercado interno e externo.

w) Representantes comissionados

Substancialmente representado pela provisão para pagamentos de comissões vinculadas e de vendas e remuneração variável em moeda local e no exterior e variação cambial.

x) Contas a pagar por contratos

Representado substancialmente pela provisão para garantias de assistência técnica e revisões.

A provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação as probabilidades associadas.

y) Provisão para contingências

A Sociedade é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e

atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

As contingências que, na opinião dos assessores jurídicos da Sociedade consideradas de perdas prováveis estão provisionadas.

z) Outras contas a pagar

Substancialmente representado pelo valor a pagar de energia elétrica e dos termos de cooperação SENAI e SESI.

aa) Patrimônio Líquido

O capital social é de R\$308.054.976,00 (trezentos e oito milhões, cinquenta e quatro mil e novecentos e setenta e seis reais), dividido em 308.054.976 quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional

bb) Contas de Resultado

As contas de resultado são reconhecidas pelo regime de competência.